



**Ministério das Relações  
Exteriores**

**Assessoria de Imprensa do  
Gabinete  
Palácio Itamaraty**

A- **A+**

Térreo                      Telefones: 0(xx) 61-3411-6160/2/3  
Brasília - DF              Fax: 0(xx) 61-3411-8002  
CEP: 70170-900      E-mail: [imprensa@mre.gov.br](mailto:imprensa@mre.gov.br)

Nota nº 503 - 06/10/2009

### **Terceira Cúpula Brasil-União Européia - Declaração Conjunta - Estocolmo, 6 de outubro de 2009**

A Terceira Reunião de Cúpula Brasil-União Européia se realizou em Estocolmo, em 6 de outubro de 2009, presidida pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; o Primeiro Ministro do Reino da Suécia, Fredrik Reinfeldt, na qualidade de Presidente do Conselho da União Européia; e o Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso.

Os líderes discutiram temas globais, situações regionais e internacionais e o fortalecimento das relações Brasil-UE e em particular a implementação do Plano de Ação Conjunto adotado pela Segunda Cúpula, no Rio de Janeiro, em dezembro de 2008.

#### **Desafios Globais, Liderança e Responsabilidade**

1. Recordando que sua parceria estratégica fundamenta-se em princípios e valores compartilhados – tais como democracia e inclusão social, primado do Direito, promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos – tanto o Brasil quanto a UE coincidiram quanto à importância de um sistema multilateral efetivo, centrado em uma forte Organização das Nações Unidas, como fator essencial para fazer frente aos desafios globais. Nesse contexto, reconheceram a necessidade de buscar a reforma dos principais órgãos das Nações Unidas, entre os quais a Assembléia Geral, o ECOSOC e o Conselho de Segurança, com vistas a ampliar a representatividade, transparência e efetividade do sistema.

#### **Mudança climática, energia, biodiversidade e desenvolvimento sustentável**

2. O Brasil e a UE reiteraram que a mudança do clima é um dos maiores desafios de nosso tempo que exige uma resposta urgente e excepcional por parte da comunidade internacional. Concordaram que a construção de uma economia de baixa emissão de carbono, respeitando a prioridade do desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento, é uma necessidade premente e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para promover o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza. Apoiaram as descobertas científicas do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC e o objetivo de que a temperatura média global não deve exceder 2 graus centígrados acima do nível pré-industrial. Reafirmaram as disposições e os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), incluindo o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas e as respectivas capacidades, e ressaltaram a importância de sua aplicação plena, eficaz e sustentada. Neste contexto, estão determinados a intensificar esforços negociadores com vistas a um resultado positivo e ambicioso, acordado globalmente e com base no Plano de Ação de Bali, na 15<sup>a</sup> Conferência das Partes em Copenhague, em dezembro deste ano.

3. Comprometeram-se a contribuir para o fortalecimento do regime global sobre mudança climática, inclusive por meio de metas claras e ambiciosas a médio prazo e compromissos juridicamente vinculantes para os países desenvolvidos, bem como por meio de ações de mitigação nacionalmente adequadas (NAMA) para países em desenvolvimento, apoiadas e possibilitadas por transferência de tecnologia, fluxos financeiros e capacitação. O pico das emissões globais e nacionais deve ocorrer o mais rapidamente possível, reconhecendo que o prazo para países em desenvolvimento será mais longo e tendo em conta que o desenvolvimento econômico e social, bem como a erradicação da pobreza, são as prioridades primordiais e absolutas para esses países e que o crescimento com baixa emissão de carbono é indispensável para o desenvolvimento sustentável.

4. Concordaram que a alocação de substanciais recursos financeiros e tecnológicos, bem como capacitação, será crucial para o processo de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento e reconheceram que um pacote financeiro robusto, incluindo vigorosas disposições de financiamento público

internacional por parte dos países desenvolvidos, será fundamental para o sucesso da COP-15. Reconheceram que o setor privado também tem um papel a desempenhar no apoio a ações de mitigação e para o desenvolvimento de novas tecnologias favoráveis ao meio ambiente.

5. Nesse contexto, reconheceram os respectivos esforços para o enfrentamento da mudança do clima, incluindo o Plano Nacional sobre Mudança do Clima do Brasil e o Pacote de Energia e Clima da UE. Convocam outros países desenvolvidos e em desenvolvimento a apresentarem, respectivamente, metas ambiciosas de redução de emissões e ações e estratégias de mitigação, o mais rapidamente possível, antes da reunião de Copenhague.

6. O Brasil e a UE estão empenhados em trabalhar em estreita cooperação no mecanismo de Redução de Emissões para o Desmatamento e a Degradação (REDD) e para promover a gestão sustentável das florestas. Comprometeram-se a intensificar esforços para garantir a inclusão do REDD no resultado a ser alcançado em Copenhague e a estabelecer meios eficazes e confiáveis de apoio ao REDD no âmbito da Convenção, com a alocação de recursos públicos que possam prover vigorosos estímulos para a ação neste setor.

7. Levando em consideração os princípios acima mencionados, os Líderes decidiram estabelecer um quadro de cooperação para a promoção do crescimento com baixa emissão de carbono, por meio de tecnologias limpas e de políticas de sustentabilidade, com vistas a enfrentar os desafios criados pela mudança do clima.

8. A UE e o Brasil concordaram em realizar encontro de alto nível até a Conferência de Copenhague.

9. Tanto o Brasil como a UE salientaram a importância de alcançar um fornecimento de energia sustentável e confiável. A promoção e a utilização da produção de energias renováveis e os esforços destinados a melhorar a eficiência energética são vistos, por ambos os lados, como uma importante contribuição para atender às necessidades do desenvolvimento sustentável, aumentando o acesso à energia, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, e atingindo maior segurança energética. Os líderes expressaram sua grande satisfação com o lançamento oficial da Parceria Internacional para a Cooperação para a Eficiência Energética (IPEEC) em 24 de maio de 2009, na reunião ministerial sobre Energia do G8+5, em Roma. Saudaram seu excelente relacionamento no âmbito da IPEEC e esperam intensificar, nesse quadro, a cooperação sobre questões de eficiência energética. Foi reiterado na Reunião de Cúpula o compromisso do Brasil e da UE de produzir e desenvolver alternativas mais seguras, eficientes e sustentáveis aos combustíveis fósseis.

10. Os líderes reafirmaram o compromisso político do Brasil e da UE com a promoção do uso de energias renováveis, incluindo a produção e uso de biocombustíveis sustentáveis. Nesse contexto, sublinharam a importância do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar no Brasil. Comprometeram-se a continuar trabalhando em estreita colaboração com os países interessados na promoção de biocombustíveis sustentáveis, bioenergia e outras formas de energia sustentável (como energia solar, eólica, hidráulica e eletrificação rural) no plano internacional. Reiteraram seu compromisso de trabalhar em conjunto no âmbito do Fórum Internacional sobre Biocombustíveis e da Parceria Global para Bioenergia.

11. O Brasil e a UE reiteraram a necessidade de trabalhar em conjunto para atingir a meta global de reduzir significativamente, até 2010, a taxa atual de perda de biodiversidade. Reafirmaram seu compromisso de implementar efetivamente os três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, de trabalhar em favor de quadro global sobre a biodiversidade ambicioso e exequível para a fase posterior a 2010, e de concluir e considerar a adoção, em 2010, de um regime internacional sobre acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios (ABS). Reiterando a necessidade de reforçar a interface entre ciência e políticas sobre a biodiversidade e serviços de ecossistemas para conservação e o uso sustentável da biodiversidade, bem-estar humano de longo prazo e desenvolvimento sustentável, o Brasil e a UE congratularam-se com o processo de estabelecimento de uma Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas (IPBES) que deverá apoiar a Convenção sobre Diversidade Biológica e outras convenções relacionadas à biodiversidade e se comprometem a concluir esse processo no mais breve prazo.

12. A UE saudou a disposição do Governo brasileiro de sediar, no Rio de Janeiro, em 2012, evento de alto nível da Organização das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável. Ambas as partes compartilham a opinião de que a "economia verde" deve ser um de seus principais focos. Brasil e UE concordaram que o evento poderá renovar o compromisso político com a relevante temática do desenvolvimento sustentável e definir novas e adequadas iniciativas. Concordaram que o evento poderá também oferecer oportunidade para dar impulso a questões que têm assumido posições de destaque na agenda internacional.

#### Temas Financeiros e Econômicos

13. Os líderes analisaram a atual crise financeira internacional e o seu grave impacto sobre a economia mundial. Saudaram os avanços em andamento para resolver a crise e os primeiros sinais indicativos de uma diminuição na deterioração da economia mundial. Os dois lados concordaram quanto à importância de manter, no momento, o estímulo a políticas macroeconômicas e financeiras, mas também sublinharam a necessidade de começar a elaborar estratégias para a retirada desses estímulos assim que a recuperação se consolide, e de assegurar a

sustentabilidade fiscal a médio prazo. Essas estratégias deverão levar em consideração as circunstâncias específicas dos países.

14. As duas partes reconheceram que seria importante continuar a implementar políticas econômicas seguras e sustentáveis para apoiar o crescimento equilibrado e inclusivo.

15. Registraram com satisfação os resultados da Cúpula de Pittsburgh (24 e 25 de setembro) e a conseqüente consolidação do G-20 como o principal foro para a cooperação econômica internacional. Enfatizaram a necessidade de implementar a agenda acordada em Pittsburgh, com atenção especial para a reforma das instituições financeiras internacionais, a construção de um crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado, o fortalecimento da regulação e da cooperação no setor financeiro, incluindo práticas de compensação, e o fortalecimento do apoio aos países mais vulneráveis.

16. O Brasil e a UE reiteraram sua adesão ao compromisso do G-20 de evitar a adoção de medidas protecionistas e de retificar quaisquer medidas nesse sentido, de forma a evitar maior deterioração no comércio internacional. O Brasil e a UE expressaram sua determinação de concluir, em 2010, as negociações da Rodada de Doha para o Desenvolvimento, como especificado na Declaração do G-20 em Pittsburgh. Os líderes afirmaram seu compromisso de alcançar um acordo ambicioso, abrangente e equilibrado, para cumprir com os objetivos de desenvolvimento da Rodada de Doha, de promover de maneira significativa os fluxos de comércio em agricultura, bens industriais e serviços no âmbito dos países desenvolvidos, dos países em desenvolvimento e entre eles, assim como de promover regras de comércio efetivas e a facilitação do comércio, bem como de examinar todos os demais assuntos. O Brasil e a UE acreditam que a conclusão da Rodada de Doha em 2010 deverá ocorrer com base no progresso já realizado, inclusive com relação a modalidades e, portanto, conclamam seus demais parceiros na OMC a apresentar suas demandas específicas. O Brasil e a UE sublinham que, se não houver progresso nesse período de tempo, o objetivo de concluir a Rodada em 2010 estará em risco. Com vistas a que a situação possa ser analisada no mais tardar no começo de 2010, o Brasil e a UE concordam em que os Membros da OMC deverão manter, até a próxima Reunião Ministerial da OMC, discussão franca e significativa, inclusive em nível ministerial.

17. O Brasil e a UE tomaram nota do trabalho efetuado pelo Centro Internacional para a Promoção de Empresas (CIPE), no âmbito da Organização das Nações Unidas, para promover a cooperação nas áreas de empreendedorismo e desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas, governança corporativa, comércio e uma sociedade baseada no conhecimento, por meio de pesquisa, treinamento e consultoria.

#### Temas regionais e internacionais

18. O Brasil e a UE trocaram opiniões sobre a evolução política recente em suas respectivas regiões com vistas a consolidar a segurança, a estabilidade e a prosperidade na América Latina e no Caribe e na Europa. As partes permanecem engajadas em esforços multilaterais, regionais e bilaterais de promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, da democracia, do primado do Direito e do desenvolvimento equitativo e sustentável em ambas as regiões.

19. O Brasil e a UE continuarão a trabalhar juntos para enfrentar os desafios globais atuais e fortalecer as relações políticas, sócio-econômicas e culturais birregionais, particularmente no contexto do processo das Cúpulas América Latina e Caribe-União Européia e do Diálogo Ministerial Grupo do Rio-União Européia.

20. O Brasil e a UE condenam a violação da ordem constitucional em Honduras e reafirmam sua profunda preocupação com a presente crise política naquele país. Reiteram seu apoio aos esforços regionais de mediação facilitados pela OEA e pelo Presidente da Costa Rica, Oscar Arias, e exortam os atores envolvidos, em particular o governo de fato, a trabalhar com vistas a alcançar uma solução negociada rápida e pacífica para a situação atual. Recordam que a inviolabilidade das missões diplomáticas está consagrada na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 e exigem a garantia da inviolabilidade da Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e o respeito à integridade física do Presidente Zelaya, de sua família e dos membros de seu Governo. O Brasil e a UE destacam a importância da democracia, do primado do Direito e do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais em Honduras e estão prontos a contribuir para os esforços regionais ora em andamento para facilitar a restauração da ordem constitucional e do processo democrático em todos os seus aspectos.

21. O Brasil e a UE, ao reconhecer a prioridade que atribuem ao sistema multilateral de comércio e à conclusão da Rodada de Doha, enfatizaram os benefícios políticos e econômicos da integração regional e concordaram em intensificar seus esforços para a retomada das negociações com vistas a concluir um Acordo de Associação MERCOSUL – UE ambicioso e equilibrado, bem como a promover o avanço da agenda Mercosul – UE.

22. Reconheceram suas respectivas iniciativas com vistas à paz no Oriente Médio e saudaram os vigorosos esforços dos EUA e do Quarteto para buscar uma solução que contemple dois Estados democráticos, Israel e Palestina, vivendo lado a lado em paz e segurança, e uma paz abrangente no Oriente Médio com base nas Resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas; nos termos de referência da Conferência de Madri, incluindo terra por paz; o Mapa do Caminho; os acordos previamente alcançados pelas partes; e a Iniciativa Árabe para a Paz.

Exortaram todas as partes no conflito a trabalhar para alcançar esse objetivo.

23. Reafirmaram seu empenho em apoiar e promover a implementação integral de seus compromissos assumidos sob os tratados e acordos internacionais de desarmamento e não-proliferação e outras obrigações internacionais relevantes, tendo presentes os três pilares do Tratado de Não-Proliferação: desarmamento, não-proliferação e o desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Concordaram em continuar a trabalhar juntos, tanto bilateralmente quanto em todos os foros multilaterais relevantes, no tratamento dos temas de desarmamento, não-proliferação e controle de armamentos. O Brasil e a UE cooperarão, em particular, com vistas a garantir um resultado exitoso para a Conferência de Revisão de 2010 do Tratado de Não-Proliferação e para a retomada das negociações na Conferência do Desarmamento, levando em conta o resultado da Sessão de 2009. Trabalharão juntos, também, no âmbito da AIEA, para apoiar e reforçar a AIEA, promover a universalização e conformidade com os sistemas de Salvaguardas da AIEA e assegurar que países que desejem desenvolver programas de energia nuclear para fins pacíficos o façam em conformidade com os mais altos padrões de segurança e não-proliferação. Nesse contexto, os líderes expressaram satisfação com os resultados das Consultas Brasil-UE sobre Desarmamento e Não-Proliferação, que têm se realizado desde 2002.

24. O Brasil e a UE registram com satisfação a realização em 1º de outubro, em Genebra, de nova reunião de alto nível entre China, França, Rússia, Reino Unido, Estados Unidos da América, Alemanha, União Européia e o Irã sobre o programa nuclear iraniano. Saudaram a concordância quanto à necessidade de diálogo intenso e construtivo objetivando ações práticas e medidas de construção da confiança e expressaram seu compromisso de buscar solução negociada para a questão nuclear iraniana, à luz de todos os compromissos internacionais.

25. Os líderes reafirmaram seu compromisso mútuo de combater o crime organizado, a corrupção e as drogas ilícitas, inclusive por meio do Mecanismo de Coordenação e Cooperação ALC-UE sobre Drogas.

26. O Brasil e a UE registraram com satisfação o recente início do Diálogo Estruturado ALC-UE sobre Migrações, que visa a reforçar e promover as relações birregionais em matéria migratória.

27. O Brasil e a UE destacaram a importância de encorajar ações voltadas para a construção da confiança nas sociedades e o fortalecimento de pontes entre os povos, comunidades e nações. Com este fim, reafirmaram seu compromisso de apoio e promoção da Iniciativa das Nações Unidas da Aliança de Civilizações e se congratulam com a realização do III Fórum da Aliança, no Brasil, em maio de 2010, o primeiro fora da área euro-mediterrânea.

#### Temas bilaterais

28. Os líderes verificaram com satisfação os significativos progressos alcançados na implementação do Plano de Ação Conjunto Brasil-UE e se comprometeram a continuar a promover sua implementação integral, bem como a intensificação e diversificação da relação bilateral.

29. Referiram-se aos resultados positivos da XI reunião da Comissão Mista Brasil-CE, que se realizou em Bruxelas em 7 de julho de 2009. Saudaram a decisão de manter reuniões anuais da Comissão Mista, de forma a permitir a avaliação do andamento da implementação de uma vasta gama de ações bilaterais no âmbito da preparação das reuniões de Cúpula.

30. Em sua avaliação da implementação do Plano de Ação Conjunto, os líderes registraram com particular satisfação:

- a importância do Diálogo Político de Alto Nível para a discussão de temas de interesse comum e o lançamento bem-sucedido do Diálogo sobre Direitos Humanos, que se reuniu em Brasília, em junho, e em Genebra, em setembro de 2009;

- a realização, em Brasília, em 16 de julho de 2009, da primeira reunião do Diálogo Financeiro e Macroeconômico de Alto Nível. Notaram que a crise econômica e financeira global e as ações regulatórias por ela suscitadas fazem desse diálogo um elemento chave da parceria estratégica, ao estimular a coordenação de políticas e promover o intercâmbio de opiniões sobre a agenda de reformas do G20.

- a reunião do Diálogo de Alto Nível sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima, realizada em Brasília em 30 de abril de 2009, que proporcionou amplo intercâmbio de idéias sobre questões ambientais globais chave e uma discussão construtiva sobre os respectivas abordagens do tema.

- o compromisso de intensificar e ampliar os fluxos bilaterais de comércio e investimentos.

- a instalação, em julho de 2009, do Mecanismo Brasil-CE de Consultas sobre Questões Sanitárias e Fitossanitárias, que tem por objetivo fortalecer a coordenação e cooperação em relação a essas matérias, bem como dos Diálogos-piloto Brasil-CE em Questões Industriais e Regulatórias nas áreas de têxteis e vestuário, produtos florestais, aço, metais não-ferrosos e minerais, visando à criação de ambiente industrial e regulatório favorável às partes interessadas de ambos os lados.

- a importância do estabelecimento de diálogos bilaterais nas áreas de educação, juventude e esporte e políticas culturais, por meio da assinatura de Declarações Conjuntas em maio de 2009, em Brasília.

- a contínua cooperação entre o Brasil e a UE nas áreas de ciência, tecnologia e inovação e o trabalho desenvolvido no âmbito do Acordo Brasil-CE de Cooperação Científica e Tecnológica. Notaram com satisfação o lançamento de edital conjunto para pesquisa sobre biocombustíveis de segunda geração no âmbito do 7º Programa-Quadro da UE para Pesquisa e Desenvolvimento. Saudaram, ainda, os resultados do II Diálogo Brasil-CE sobre Sociedade da Informação, realizado em Brasília, em 10 e 11 de setembro de 2009, que discutiu políticas e estruturas regulatórias para acelerar a transformação em direção à economia digital e preparou o caminho para o lançamento de editais conjuntos na área de tecnologias de informação e comunicação (TICs) em 2010.

- a conclusão das negociações do Acordo de Cooperação entre a Euratom e a República Federativa do Brasil na área de pesquisa em fusão de energia, que intensificará a parceria brasileira no projeto Torus Europeu Conjunto (Joint European Torus- JET) e abrirá perspectivas de participação do Brasil em outros projetos e infraestruturas multilaterais e europeias de larga escala na área de pesquisa em fusão, inclusive o Reator Experimental Termonuclear Internacional (ITER).

- o diálogo em andamento sobre transporte marítimo e a possibilidade de assinatura de um acordo horizontal na área de transporte aéreo, bem como de um acordo sobre segurança em aviação no primeiro semestre de 2010. Nesse contexto, os líderes também expressaram satisfação com o projeto de realização de Cúpula América Latina-UE de Aviação Civil.

- que a implementação do Plano de Ação também proporcionará vantagens e benefícios para terceiros países. Nesse sentido, reiteraram seu compromisso com a implementação de projetos de cooperação triangular entre o Brasil, a UE e países em desenvolvimento interessados, tais como os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs), Timor Leste e o Haiti nos setores de saúde, energia, agricultura, educação e outras áreas pertinentes. Notaram com satisfação o progresso já alcançado com vistas à identificação de princípios comuns, inclusive aqueles destacados na Agenda de Ação de Acra, modalidades operacionais e projetos-piloto potenciais. Ambos os lados concordaram em refletir esses aspectos em um programa de trabalho conjunto sobre cooperação triangular que deverá constituir instrumento de trabalho para assegurar coerência e sinergia entre os setores de atuação. Os líderes saudaram os avanços obtidos nesse processo em andamento junto aos países interessados, bem como a intenção de organizar uma reunião trilateral em nível de peritos em 2009.

- nesse contexto, destacaram o compromisso do Brasil e da UE de trabalhar na iniciativa conjunta para o desenvolvimento sustentável da bioenergia na África, com ênfase em biocombustíveis e bioeletricidade. Propõem intensificar a cooperação nessa área, juntamente com a Comissão da União Africana, como um primeiro passo para uma ação mais ampla na área de energia em terceiros países. Ressaltaram que o desenvolvimento da bioenergia sobre uma base social, ambiental e economicamente sustentável pode proporcionar uma importante contribuição para enfrentar a mudança do clima, combater a pobreza e promover o acesso a formas modernas de energia, tais como para transporte, combustível doméstico e eletricidade para áreas rurais e urbanas.

A iniciativa tem por objetivo a elaboração de estudos de país voltados para a análise do potencial de desenvolvimento de produção de bioenergia sustentável, bem como de seu impacto sobre a redução da pobreza, em países e comunidades regionais interessados na África; o investimento público e privado será encorajado com vistas à implementação de projetos de bioenergia; um Grupo de Coordenação examinará as modalidades dessa iniciativa e seu programa de trabalho.

- a importância de envolver a sociedade civil no diálogo bilateral e, nesse contexto, as recomendações do primeiro encontro da Mesa Redonda da Sociedade Civil entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil e o Comitê Social e Econômico Europeu, realizado em Bruxelas em 7 e 8 de julho de 2009.

31. Os líderes concordaram em facilitar o intercâmbio de informação com vistas a permitir que ambos os lados se beneficiem de oportunidades recíprocas para investimentos públicos e privados. Nesse contexto, registraram com satisfação os resultados da terceira Cúpula Empresarial Brasil-UE, realizada em Estocolmo, em 6 de outubro de 2009.

32. A UE saudou o reconhecimento pelo Brasil do status de economia de mercado para fins de investigações anti-dumping para os Estados-membros da UE Bulgária e Romênia.

33. O Brasil e a UE tomaram nota com satisfação da conclusão mutuamente satisfatória das negociações relativas ao ajuste compensatório de concessões, ao amparo dos dispositivos relevantes do GATT, devidas ao ingresso da Bulgária e da Romênia na UE.

34. Brasil e a UE saudaram a recente conclusão das negociações do acordo para dispensa de vistos de turismo e negócios para portadores de passaporte comum entre a Comissão Europeia e a República Federativa do Brasil e se comprometeram a assegurar sua pronta entrada em vigor, de acordo com seus respectivos procedimentos internos. Também registraram que um acordo para dispensa de

visto em passaportes diplomáticos e de serviço será negociado proximamente.

35. Tendo presentes o Plano de Ação Conjunto e as Cúpulas anuais entre ambos os lados, os líderes recomendaram que o diálogo político de alto nível se realize no nível de Ministros das Relações Exteriores.

\* \* \*

Os líderes expressaram sua especial satisfação ante o exitoso desenvolvimento da parceria estratégica Brasil-UE. Comprometeram-se, ainda, a explorar a possibilidade de instalação de novos diálogos setoriais em áreas de interesse mútuo. Reiteraram seu compromisso de promoção da parceria, com vistas à geração de benefícios concretos para os povos do Brasil, da UE e de terceiros países.

**[Voltar](#)**